

A BANALIDADE DO MAL

AMOS

AMOSTRA

Adriano Correia

A BANALIDADE DO MAL

A banalidade do mal

Copyright © 2025 Edições 70.

Edições 70 é um selo da Editora Almedina do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2025 Adriano Correia.

ISBN: 978-65-5427-285-8

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2025 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

C824b
1.ed. Correia, Adriano
A banalidade do mal / Adriano Correia. – 1.ed. –
Rio de Janeiro : Edições 70, 2025.
368 p.; 15,7 x 23 cm.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5427-285-8

1. Arendt, Hannah, 1906-1975 – Crítica e interpretação. 2. Filosofia. 3. Mal (Filosofia).
I. Título.

01-2025/103 CDD 100

Índice para catálogo sistemático:
1. Hannah Arendt : Filosofia 100

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo..

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Grupo Editorial Alta Books

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editor da obra: Marco Pace

Vendas Governamentais: Cristiane Mutús

Gerência Comercial: Claudio Lima

Assistente Editorial: Andreza Moraes

Revisão: Clara Recht Diamant; João Paulo Guterres

Diagramação: Vanessa S. Marine

Capa: Beatriz Frohe



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré

CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)

Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouvidoria: ouvidoria@altabooks.com.br



Editora
afiliada à:



Toque de São Bento Grande de Angola

Nesse mundo camará
Mas não há, mas não há
Mas não há quem me mande
Eu só sei obedecer
Se mandar
Se mandar São Bento Grande

É de Angola, é de Angola, é de Angola
De Angola, de Angola, de Angola (bis) (Refrão)

Meu avô já foi escravo
Mas viveu com valentia
Descumpria a ordem dada
Agitava a escravaria
Vergalhão, corrente, tronco
Era quase todo dia
Quanto mais ele apanhava
Menos ele obedecia

(Refrão)

Quando eu era ainda menino
O meu pai me disse um dia
A balança da justiça
Nunca pesa o que devia

Não me curvo à lei dos homens
A razão é quem me guia
Nem que seu avô mandasse
Eu não obedeceria

(Refrão)

Esse mundo não tem dono
E quem me ensinou sabia
Se tivesse dono o mundo
Nele o dono moraria
Como é mundo sem dono
Não aceito hierarquia
Eu não mando nesse mundo
Nem no meu vai ter chefia

(Refrão)

— Paulo Cesar Pinheiro. *Capoeira de Besouro*. Rio de Janeiro:
Quitanda, 2010 (58 min)

Agradecimentos

Este livro é o segundo de três planejados resultados da minha ocupação na pesquisa, na escrita e principalmente na docência nas últimas duas décadas com temas morais e políticos da obra de Hannah Arendt e de algumas autoras e alguns autores com quem ela dialogou ou com quem busquei estabelecer um diálogo com ela. O primeiro livro foi *O Caso Eichmann: Hannah Arendt e as controvérsias jurídicas sobre o julgamento* (Ed. 70, 2023). Continuo julgando que há poucos textos mais inspiradores para examinar problemas ético-políticos contemporâneos, e colocá-los em diálogo com a história da ética e do pensamento político, que os da reação de Arendt à controvérsia em torno de *Eichmann em Jerusalém*, como “Responsabilidade pessoal sob a ditadura” e outros editados e publicados postumamente a partir de cursos e conferências, como “Algumas questões de filosofia moral”. Pela iluminação que as aulas sobre esses temas e textos trouxeram para esse livro, não poderia começar senão agradecendo às/aos estudantes que acompanharam minhas aulas nas últimas duas décadas, em várias partes do Brasil, mas principalmente na Universidade Federal de Goiás.

Em numerosas ocasiões pude discutir parte das questões aqui examinadas com colegas por quem tenho profunda admiração. São felizmente muitas e muitos, mas menciono especialmente os conterrâneos nordestinos Bethânia Assy e Odilio Aguiar e também Beatriz Porcel, Celso Lafer, Fina Birulés, José Sérgio Fonseca de Carvalho e Oswaldo Giacoia Jr., cujas inspirações para meus

escritos e meus estudos em filosofia jamais poderão ser expressas suficientemente pelas referências diretas que faço a seus textos.

Sou muito grato ainda a Wolfgang Heuer, que me recebeu em Berlim há mais de uma década, quando comecei a dar forma às ideias aqui desenvolvidas. Agradeço ainda a Cláudia Perrone-Moisés, que na fase conclusiva da escrita deste livro me recebeu junto ao Grupo de Estudos Hannah Arendt da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no qual discutimos em vários encontros questões fundamentais relacionadas à noção de banalidade do mal. À comunidade dos encontros sobre a obra de Arendt, do Brasil e da América Latina, agradeço o diálogo sempre prazeroso e a rara percepção de que é possível pesquisar, concordar e divergir com colaboração e amizade.

Agradeço ao CNPq pelo apoio constante à minha pesquisa desde 2010 e à Capes pelo apoio a dois pós-doutorados (Freie Universität Berlin e The New School), assim como à participação em eventos internacionais e à realização de eventos. Agradeço à Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás o apoio institucional para o desenvolvimento de minhas atividades acadêmicas nas melhores condições possíveis.

Dedico este livro a Richard Bernstein, que nos deixou recentemente. Ele sempre me pareceu oferecer a mais inspiradora interpretação da obra moral inacabada de Arendt. Tive a alegria de ter sido recebido por ele em uma estada como professor visitante na universidade The New School em 2017 e a gratidão por tê-lo conhecido como professor.

Agradeço, em nome do editor Marco Pace, a confiança depositada neste livro pelo Grupo Almedina ao longo dos vários anos que levei para concluí-lo.

Sumário

Introdução	11
1–O escândalo <i>Eichmann em Jerusalém</i>	25
1.1. A repórter Hannah Arendt	25
1.2. A hostilidade da recepção inicial	47
2–O debate sobre o julgamento e os dilemas trágicos das vítimas	73
2.1. Endireitar o torto: um livro inteiro contra Hannah Arendt	73
2.2. O “debate Maimônides” e o mal do “mal menor”	96
3–O Eichmann de Arendt	115
3.1. Um monstro, um palhaço?	116
3.2. O tipo Eichmann	136
4–À procura de uma justificação filosófica	159
4.1. O “paralelo da natureza”	159
4.2. Kant “para o uso doméstico do homem comum” (ou: o que Eichmann julgou encontrar em Kant?)	182
5–Mal por dever	205
5.1. “Como o dever entrou na ética?”	205
5.2. Dever, apatia, crueldade: a inversão da dinâmica da tentação	227
6–Kant e o problema do mal	246
6.1. Mal radical e vícios diabólicos	246
6.2. O desafio do nazismo	267
7–A banalidade do mal	290
7.1. Um mal extremo, absoluto, radical (Arendt “contra” Kant)	290
7.2. O mal como um fenômeno de superfície (<i>Oberflächenphänomen</i>)	312
Conclusão	343
Bibliografia	352

AMOSTRA

Introdução

Ela pensa no incompreensível, não conhece a tranquilidade.

— Jaspers sobre Arendt, em *Hannah-Buch*¹

No dia 23 de maio de 1960, David Ben-Gurion, primeiro-ministro de Israel, convocou uma reunião extraordinária de seu gabinete de governo e informou que Eichmann estava em Jerusalém preso e seria levado a julgamento. À tarde fez o mesmo no Knesset, o Parlamento israelense. No dia 24 de maio já apareceu no jornal *The New York Times* a nota de que na manhã daquele mesmo dia Eichmann fora apresentado a uma corte em Jaffa e, ao ter confirmado que era mesmo Adolf Eichmann, ouvira seu indiciamento, por ter causado a morte de milhões de judeus na Europa, e a informação de que permaneceria preso. Na nota, Eichmann foi apresentado como o monstro mais sanguinário dentre os líderes nazistas e um dos principais conselheiros de Hitler sobre questões judaicas.² Nos dias seguintes, o próprio jornal *The New York Times* tratou de esclarecer a seu público quem era Eichmann e de informar tanto os desdobramentos da crise diplomática com a Argentina, onde Eichmann se escondia desde 1950, quanto a discussão inicial em torno das questões envolvidas no futuro julgamento.

1 Citado por Knott, *Verlernen – Denkwege bei Hannah Arendt*, p. 22. Utilizei sempre ao longo do livro as traduções em português disponíveis, fazendo ajustes menores quando julguei o caso. Todas as traduções de obras não disponíveis em português foram feitas por mim.

2 Fellows, “Israel seizes Nazi chief of extermination of Jews”, p. 18.

Elizabeth Young-Bruehl relatou que nas férias de verão de 1960 as discussões entre Hannah Arendt e seus amigos recaíram com frequência na série de reportagens feita pelo jornal *The New York Times*. Nesse período Arendt demonstrou um interesse crescente nos desdobramentos do caso e talvez aí já tenha considerado a possibilidade de acompanhá-lo mais de perto. Todavia, apenas no início de outubro ela contactou William Shawn, editor da *The New Yorker*, oferecendo-se para cobrir para a revista o julgamento em Jerusalém. Arendt só informou a Karl Jaspers que acompanharia o julgamento após ter a resposta positiva da *The New Yorker*, pouco depois de comunicar o mesmo a sua amiga Mary McCarthy. A reação de Jaspers foi inequívoca e, em grande medida, premonitória: “*Você não vai gostar do julgamento de Eichmann. Na verdade, ele pode não correr muito bem. Temo sua crítica e penso que você deveria guardá-la para si o máximo possível*”.³ Ele repetiu em outras cartas ter mau pressentimento quanto às consequências gerais do julgamento e quanto à atuação de Arendt como repórter. Ponderou que o risco que ela corria não era pequeno e que o julgamento iria perturbá-la, a ela que sempre queria “ver com seus próprios olhos e ouvir com seus próprios ouvidos”.⁴ A reação de Mary McCarthy foi notavelmente semelhante: “Acho a ideia de você ir ao julgamento de Eichmann pela *The New Yorker* maravilhosa e estranha; não posso evitar a mescla de aprovação e receio diante desse encontro, e me pergunto o que resultará”.⁵

Arendt comentou com Jaspers que a organização de sua vida se tornou bastante confusa em 1961 devido à decisão de acompanhar o julgamento e à indefinição sobre seu início e duração. Observou que em hipótese alguma poderia se permitir esse “prazer” por mais de um mês, mas jamais se perdoaria se não encarasse Eichmann frente a frente, “*em toda sua sinistra nadaidade (unheimlichen Nichtigkeit)*”, sem a interposição da palavra impressa”.⁶ A decisão de Arendt de não permanecer por muito tempo acompanhando o julgamento acabou fazendo, não obstante, com que ela dependesse da mediação da palavra impressa mais do que possivelmente gostaria.

Um dos numerosos compromissos que Arendt teve de desmarcar foi sua participação em uma conferência internacional no Vassar College, prevista para ocorrer na segunda quinzena de março de 1961, em comemoração aos cem anos da instituição onde Mary McCarthy se formara. Arendt confiava que fosse possível conciliar o compromisso com sua atuação como repórter no

3 Arendt; Jaspers, *Briefwechsel*, p. 440 (14 out. 1960). Grifos meus.

4 Ibid., p. 448 (14 dez. 1960).

5 Arendt; McCarthy, *Entre amigas*, p. 114 (26 out. 1960).

6 Arendt; Jaspers, *Briefwechsel*, p. 446 (02 dez. 1960).

juízo de Eichmann em Jerusalém, mas os vários adiamentos do começo do julgamento fizeram com que bem no início de 1961, quando o julgamento ainda estava previsto para o começo de março, ela escrevesse uma carta manifestando pesar por ter de cancelar sua participação:

a razão pela qual decidi dar prioridade ao julgamento de Eichmann sobre todos os outros compromissos, apesar dos muitos inconvenientes para os outros e para mim mesma, é bastante simples. Como não pude comparecer ao julgamento de Nuremberg nos anos 1940, esta é para mim a primeira oportunidade – e esperemos que seja a única – de assistir em carne e osso a um dos principais atores do totalitarismo. Como você provavelmente sabe, o nazismo desempenhou um papel considerável tanto na minha vida pessoal quanto na minha vida como autora. Assistir a este julgamento, sinto, é de alguma forma uma obrigação que devo ao meu passado.⁷

Arendt publicou *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* no início de 1963. Joachim Fest apontou que o livro de Arendt provocou o maior escândalo que um livro causou em décadas.⁸ David Cesarani sustentou que o livro foi mais importante que o próprio do julgamento para moldar a imagem de Eichmann e a própria percepção do significado do nazismo.⁹ Centenas de artigos e vários livros foram escritos em reação ao livro de Arendt e à controvérsia em torno dele, algo que, “sem dúvida, marcou o nascimento dos ‘estudos sobre o Holocausto’ (*Holocaust studies*), sendo um legado imprevisto e oblíquo do julgamento”.¹⁰ Richard Cohen defendeu que nenhum estudo sobre a catástrofe atraiu tanta atenção pública quanto o livro de Arendt, que vem subsistindo como um clássico sobre o tema a décadas de oposição e crítica

7 Carta de Arendt a George Washburne, director do Vassar College, *Hannah Arendt Papers*, 02 jan. 1961, p. 018281 (Correspondence, 1938-1976; Universities and Colleges, 1947-1975; Vassar College, Poughkeepsie, NY; 1960-1967, fig. 23). Ver Arendt; Grafton, “Respostas às perguntas de Samuel Grafton”, pp. 769-770.

8 Fest, “Das Mädchen aus der Fremde: Hannah Arendt und das Leben auf lauter Zwischenstationen”, p. 180.

9 Isso também é destacado em Wojak, *Eichmanns Memoiren*, p. 199.

10 Cesarani, *Becoming Eichmann*, p. 325. Ver pp. 4-5, 334-346 e 355-356. A primeira frase de uma resenha do livro de Cesarani é precisamente a seguinte: “um espectro assombra este livro e seu nome é Hannah Arendt” (Gewen, “The everyman of genocide – *Becoming Eichmann*, by David Cesarani”).

de estudos acadêmicos cada vez mais especializados e abrangentes.¹¹ Arendt mesma, como podemos constatar em sua correspondência, jamais imaginou que seu relato pudesse ganhar tal proporção. Bettina Stangneth defendeu, quase cinquenta anos após a publicação do livro de Arendt, que desde sua publicação “todo ensaio sobre Adolf Eichmann foi também um diálogo com Hannah Arendt”.¹² Embora esses autores, com exceção de Fest, apresentem numerosos questionamentos sobre a acuidade histórica do relato de Arendt, ainda em 1987 o historiador Pierre Vidal-Naquet afirmou que *Eichmann em Jerusalém* oferecia a mais lúcida visão de conjunto do “Caso Eichmann”.¹³

Houve notável repercussão do “Caso Eichmann” no Brasil, mas inicialmente muito mais do julgamento que do livro de Arendt, cuja primeira tradução só foi publicada por aqui duas décadas após seu lançamento.¹⁴ Desde o rapto de Eichmann na Argentina, veículos como o *Jornal do Brasil* e o *Cruzeiro* publicaram numerosos textos de opinião e reportagens sobre o tema, discutindo principalmente as dificuldades jurídicas do julgamento e também o caráter e a responsabilidade de Eichmann. No dia em que Eichmann teve sua pena de morte executada, a manchete de capa do *Jornal do Brasil* foi “Eichmann enforcado pela morte de seis milhões”.¹⁵ Alguns meses depois a escritora Rachel de Queiroz publicou um texto na revista *O Cruzeiro* no qual dizia que, mesmo sendo contrária à pena de morte, “enforcaram Eichmann em Israel, e enforcaram muito bem”,¹⁶ pois no caso dele não haveria alternativa. A mesma revista publicou uma longa reportagem sensacionalista sobre um jovem brasileiro que alegava ser filho de Eichmann e suposto herdeiro da fortuna que ele presumidamente havia roubado.¹⁷ A revista *Manchete* enviou o jornalista Zevi Ghivelder para cobrir o julgamento *in loco*, agrupando-se às centenas de

11 Cohen, “A generation’s response to *Eichmann in Jerusalem*”, p. 253.

12 Stangneth, *Eichmann before Jerusalem*, p. xxii.

13 Vidal-Naquet, *Os assassinos da memória*, p. 54, nota 66.

14 Arendt, *Eichmann em Jerusalém*: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. Sonia Orieta Heinrich. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983. Um sumário da cobertura do julgamento em 1961 é feito na publicação *O julgamento de Eichmann na imprensa brasileira*, mencionada na bibliografia.

15 “Eichmann enforcado pela morte de seis milhões”, *Jornal do Brasil*, Ano LXXII, nº 125, 01 jun.1962.

16 Queiroz, “Última página”, p. 114.

17 Moraes, “Sou filho de Eichmann”, pp. 104-108.

jornalistas de todo o mundo que acompanharam o julgamento em Jerusalém, junto a outros dois correspondentes brasileiros.¹⁸

Recentemente, em especial na última década, a recepção da obra foi marcada pela expressão “banalidade do mal”, que se tornou recorrente no vocabulário do jornalismo, do cultural ao policial, como se pode constatar pelas centenas de milhares de ocorrências nas ferramentas de busca na internet. Dois casos são dignos de nota por serem emblemáticos e afins. No decorrer da CPI da Pandemia da Covid-19, instalada para apurar crimes na atuação governamental contra a pandemia, o senador Alessandro Vieira, de Sergipe, comparou o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, a Adolf Eichmann. Presumivelmente como Eichmann, o general não possuiria qualquer traço doentio, mas teria agido como um burocrata visando ascender na carreira sem pensar nas consequências. Tendo sido lembrada a ascendência judaica do general, a comparação foi retirada das notas taquigráficas da sessão. Não obstante, no relatório final apareceu uma menção a Hannah Arendt em uma nota referente à defesa do general Pazuello de que suas afirmações deveriam ser compreendidas por uma relação de obediência que isentaria a ele, general e então ministro, da responsabilidade. “É simples assim: um manda e o outro obedece” foi a primeira frase destacada de seu depoimento no relatório final.¹⁹

Mais emblemática, todavia, foi a presença recorrente dos nomes Arendt e Eichmann no relatório final da CPMI dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. As pessoas comuns que se engajaram nos atos investigados – “de meia-idade, de perfil interiorano, sem vínculo anterior com episódios de violência” – seriam como Eichmann, também alguém “comum”. Foi destacada ainda a importância da propaganda para o engajamento dessas pessoas, que aderiram a teorias da conspiração fantásticas como sob o totalitarismo nazista. Também se mencionou a importância da insistência na interpretação do antagonismo nós/eles como a oposição amigo/inimigo. Indicou-se que o episódio do assassinato de Genivaldo de Jesus Santos em uma viatura da Polícia Rodoviária Federal transformada em uma “câmara de gás” era um caso emblemático da banalidade do mal que pode ser desencadeada pelo emprego sistemático de discursos de

18 É possível conferir as impressões de Zevi Ghivelder sobre o julgamento na entrevista que concedeu ao historiador Bruno Leal (“Este jornalista brasileiro cobriu o julgamento do nazista Adolf Eichmann”), referenciada na bibliografia.

19 O relatório final da CPI da Pandemia pode ser acessado em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/72c805d3-888b-4228-8682-260175471243>.